



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 3ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0011767-71.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## DECISÃO

**EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA**, devidamente qualificado, propôs **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **COMPANHIA EXCELSIOR SEGUROS**, alegando que sofreu acidente de trânsito em 07/07/2017, no qual sofreu uma série de lesões que resultaram em debilidade permanente, que a incapacitam para o desempenho das suas funções habitualmente exercidas.

Afirma que recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Diante disso, propôs a presente demanda requerendo a condenação da ré ao pagamento do complemento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) devidamente atualizado com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação.

O autor requereu, ainda, a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

### **Autos conclusos. Decido.**

De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50.

Analisando os autos, observo que o autor não informou quais são as sequelas definitivas, dificultando, com isso, o julgamento do mérito uma vez que se trata de informação essencial para a análise da lide e dosagem da indenização, se cabível.

Diante disso, intime-se a parte autora, para que emende a petição inicial, corrigindo o ponto acima elencado, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321 do CPC/2015, sob pena de indeferimento da petição inicial.

**Defiro o pedido do autor no sentido de ser a Dra. AYANNE FREITAS DE PAIVA, OAB/PE 27.695, a única advogada a receber as intimações do Juízo endereçadas à parte autora. Anote-se na DJCível de 1º Grau.**



Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de março de 2018.

**Julio Cezar Santos da Silva**

Juiz de Direito



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0011767-71.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA  
RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### INTIMAÇÃO DE DECISÃO - Autor

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 29129019 , conforme segue transcrito abaixo:

*" DECISÃO EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA, devidamente qualificado, propôs AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face da COMPANHIA EXCELSIOR SEGUROS, alegando que sofreu acidente de trânsito em 07/07/2017, no qual sofreu uma série de lesões que resultaram em debilidade permanente, que a incapacitam para o desempenho das suas funções habitualmente exercidas. Afirma que recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Diante disso, propôs a presente demanda requerendo a condenação da ré ao pagamento do complemento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) devidamente atualizado com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação. O autor requereu, ainda, a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Autos conclusos. Decido. De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50. Analisando os autos, observo que o autor não informou quais são as sequelas definitivas, dificultando, com isso, o julgamento do mérito uma vez que se trata de informação essencial para a análise da lide e dosagem da indenização, se cabível. Diante disso, intime-se a parte autora, para que emende a petição inicial, corrigindo o ponto acima elencado, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321 do CPC/2015, sob pena de indeferimento da petição inicial. Defiro o pedido do autor no sentido de ser a Dra. AYANNE FREITAS DE PAIVA, OAB/PE 27.695, a única advogada a receber as intimações do Juízo endereçadas à parte autora. Anote-se na DJCível de 1º Grau. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Recife, 18 de março de 2018. Julio Cezar Santos da Silva Juiz de Direito "*

RECIFE, 19 de março de 2018.

**JANAINA GUIMARAES VALADARES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXMO.SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE.**

**SEÇÃO B**

Proc. **0011767-7.2018**

**EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA**, já devidamente qualificada na Ação em epígrafe;  
vem muito respeitosamente perante Vossa Excelência, através de sua advogada abaixo infra-assinada  
conforme procuração em anexo nos autos vem requerer;

**- Vem emendar a inicial, informando que a debilidade permanente do autor é no Membro Superior direito, como comprova documentos no id:29030077**

Neste Termos

Pede Deferimento

Recife, 27 de março 2018



AYANNE FREITAS DE PAIVA

OAB/PE 27695





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 3ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0011767-71.2018.8.17.2001**

AUTOR: EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## DESPACHO

Emendada a inicial, dou prosseguimento ao feito.

A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação.

Diante disso, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos.

Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

Recife, 01 de fevereiro de 2019.

**Julio Cezar Santos da Silva**



Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

## **DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA  
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0011767-71.2018.8.17.2001  
AUTOR: EDCARLOS FERREIRA DE SOUZA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### **INTIMAÇÃO DE DESPACHO - Autor**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 40683308, conforme segue transcrito abaixo:

*" DESPACHO Emendada a inicial, dou prosseguimento ao feito. A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação. Diante disso, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Recife, 01 de fevereiro de 2019. Julio Cezar Santos da Silva Juiz de Direito "*

RECIFE, 5 de fevereiro de 2019.

**JANAINA GUIMARAES VALADARES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**

